

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

15 MAR 2016

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

15 MAR 2016

Protocolo: 053116

Processo: 053116



Nº

Projeto de Resolução

053116

AUTOR: MESA DIRETORA

Altera dispositivo da Resolução nº 176, de 17 de fevereiro de 2011.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 176 de 17 de fevereiro de 2011, que “Institui o auxílio-moradia no exercício do mandato parlamentar, passa a vigorar com a seguinte redação:

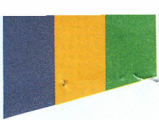
“Art. 1º Fica instituído o auxílio-moradia, de caráter indenizatório, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será concedido ao Deputado no efetivo exercício do cargo”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagindo a 01 de março de 2016.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2016.

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep: 76.901-011 - 68.2316-2016 - www.al-arigolandia.ro.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

Nº

Projeto de Resolução

AUTOR : MESA DIRETORA

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Deputado EDSON MARTINS
1º Vice-Presidente

Deputado HERMINO COELHO
2º Vice-Presidente

Deputado LEBRÃO
1º Secretário

Deputada GLAUCIONE
2ª Secretária

Deputado ALEX REDANO
3º Secretário

Deputado ROSANGELA DONADON
4º Secretário





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

Nº

Projeto de Resolução

AUTOR : MESA DIRETORA

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos tomando a iniciativa em alterar a redação do artigo 1º da Resolução nº 176, de 17 de fevereiro de 2011, que “Institui o auxílio-moradia no exercício do mandato parlamentar, considerando a necessidade em promover um reajuste nos valores fixado na mencionada Resolução.

ois, desde fevereiro de 2011, está sendo pago a título de auxílio-moradia o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). É notório que passado cinco anos, tais valores não correspondem mais ao que representava na época. Como também, é sabido que ao longo desse tempo os valores de alugueis sofreram reajustes consideráveis, tanto na capital quanto no interior do Estado.

Diante disso, entendemos que a alteração proposta é razoável e visa, precipuamente promover um ajuste de valores no montante pago aos parlamentares, redundando assim na alteração dos atuais valores, que, em conformidade a proposta passarão a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

Para tanto, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares.